

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 18 de março de 2014

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)			
Nota Explicativa	2013	2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	388.388	39.869
Títulos e valores mobiliários	5	67.908	8.033
Contas a receber	6	2.364	397.549
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		148.129	45.784
Partes relacionadas	11	3.428	4.425
Outros créditos		735	1.012
Total dos ativos circulantes		<u>610.952</u>	<u>496.672</u>
Não Circulantes			
Contas a receber		19.093	19.961
Partes relacionadas	11	204.383	19.534
Impostos a recuperar		100.890	106.265
Outros créditos		984	2.034
Investimentos:			
Em empresas controladas	7.1	12.831.772	10.821.974
Em outras empresas		285	285
Imobilizado e intangível		6.308	7.968
Total dos ativos não circulantes		<u>13.163.515</u>	<u>10.978.021</u>
Total dos Ativos		<u><u>13.774.467</u></u>	<u><u>11.474.693</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)						
	Capital Social	Reservas de Lucros	Retenção de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Legal	2012	2012	2012	2012	2012
Saldo em 01 de Janeiro de 2012 (Reapresentado)	5.899.562	402.892	3.226.009	(570.977)	-	8.957.486
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	78.951	78.951
Ajuste de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	-	-	-	-	15.812	15.812
Lucro líquido do exercício representado	-	-	-	-	94.763	94.763
Outros resultados abrangentes	-	-	-	263.912	-	263.912
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	(15.478)	15.478	-
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	973	973
Dividendos pagos (R\$1.557,13)	-	-	(221.184)	-	-	(221.184)
Destinações:						
Reserva legal	-	4.721	-	-	(4.721)	-
Dividendos (R\$304,86 por ação)	-	-	-	-	(43.304)	(43.304)
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	47.377	-	(47.377)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (Reapresentado)	5.899.562	407.613	3.052.202	(322.543)	15.812	9.052.646
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	40.363	40.363
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	(34.462)	34.462
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	986	986
Destinações:						
Reserva legal	-	28.642	-	-	(28.642)	-
Dividendos (R\$470,24 por ação)	-	-	-	-	(66.795)	(66.795)
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	477.408	-	(477.408)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>5.899.562</u>	<u>436.255</u>	<u>3.529.610</u>	<u>(316.642)</u>	<u>-</u>	<u>9.548.785</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)					
---	--	--	--	--	--

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa S.A. ("CCSA" ou "Companhia") tem por objetivo exercer a gestão corporativa do Grupo Camargo Corrêa ("Grupo"), abrangendo aspectos estratégicos e operacionais, coordenar os recursos humanos, técnicos e financeiros das controladas e contribuir na formação de estratégias das empresas controladas e demais investidas, além de prospectar e desenvolver novos negócios. Atualmente, a CCSA possui participações relevantes e de liderança em diferentes empresas que atuam em diversos setores da economia e alinhados com a estratégia de longo prazo do País, como engenharia e construção, cimento, concessões de energia e transporte, indústria naval, com foco em óleo e gás, incorporação imobiliária e vestuário e calçados. Adicionalmente, há negócios e investimentos ligados à agropecuária, aviação corporativa e manufatura têxtil.

A seguir está descrita a estrutura dos negócios referidos anteriormente:

Cimento, concreto e agregados
Através de sua controlada InterCement Participações S.A. ("ICP"), possui o controle da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR"), e explora as operações de cimentos, concreto e agregados no Brasil, na Argentina, no Paraguai, em Portugal, no Egito, na África do Sul, em Cabo Verde e em Moçambique.

Engenharia e construção
A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("CCCC") atua em construção, projetos e gestão de obras de infraestrutura e industriais. Está presente também em outros países na América do Sul e África.

Vestuário e calçados
A Alpargatas S.A. ("Alpargatas") atua nos segmentos de vestuário e calçados, com as marcas Havaianas, Osklen, Mizuno, Topper, Rainha, Timberland e Dupé. Possui 455 lojas no Brasil e 128 no exterior, tendo operações fabris no Brasil e na Argentina.

Incorporação imobiliária
A Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("CCDI") atua na incorporação de imóveis residenciais e comerciais e controla a HM Engenharia e Construções S.A., que é focada no segmento de baixa renda - Minha Casa, Minha Vida.

Concessões de energia
O Grupo detém participação no bloco de controle da CPFL Energia S.A. ("CPFL"), que atua em geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Concessões rodoviárias
O Grupo detém participação no bloco de controle da CCR S.A. ("CCR"), que atua em concessões de rodovias e nos setores de infraestrutura metroviária e aeroportuária, além de transporte de massa, no modal aquaviário.

Indústria naval
A CCSA atua nessa indústria através de sua participação no bloco de controle do Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("EAS"), em Suape, no Estado de Pernambuco.

As controladas diretas e indiretas da CCSA estão sumarizadas na nota explicativa nº 7.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações individuais da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações financeiras consolidadas da CCSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram apresentadas separadamente.

2.2. Base de elaboração
As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados por equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados por seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é reconhecido com base no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

2.3. Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes
Os efeitos das mudanças nas participações da CCSA em controladas, que não resultem em perda do controle, são registrados como transações de capital no patrimônio.

Quando a CCSA perde o controle de uma investida por alienação, o ganho ou a perda, registrado no resultado, é apurado pela diferença entre: (a) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (b) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras.

2.4. Combinação de negócios
Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado como ganho.

2.5. Ágio
O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver nota explicativa nº 2.4), líquido da perda no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da CCSA (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável do ágio não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuído de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.6. Investimentos em empreendimentos em conjunto ("joint ventures") e em coligadas
Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual a CCSA e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais, relacionadas às atividades da "joint venture", requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a CCSA possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento em conjunto ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos, das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da CCSA no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da CCSA em prejuízo de uma investida excede a participação da CCSA naquela investida, a CCSA deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais.

Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a CCSA tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da CCSA no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da CCSA no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a avaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, através da comparação de seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda reconhecida por redução ao valor recuperável é diminuída do valor contábil do investimento.

Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) à medida que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa do Grupo realiza uma transação com uma investida, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionada ao Grupo.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa
Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de "custo amortizado".

2.8. Reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.9. Transações em moeda estrangeira
Na elaboração das demonstrações financeiras de cada controlada, controlada em conjunto e investidas da CCSA, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da

moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação, valorizados pela moeda funcional da investida e convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada exercício. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.10. Custos de empréstimos
Os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.11. Tributação
Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.13. Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) empréstimos e recebíveis; e (d) ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, é parte de carteira de instrumentos financeiros que a CCSA administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento:
Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a CCSA tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Empréstimos e recebíveis:
Contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "empréstimos e recebíveis".

Os investimentos mantidos até o vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros:
Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

2.14. Demonstração do valor adicionado
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela CCSA e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CCSA como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas.

2.15. Normas e interpretações novas e revisadas
As normas IFRSs novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nas demonstrações financeiras da CCSA. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para os exercícios corrente e anterior, com exceção do citado na nota explicativa nº 2.16 a seguir:

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto e Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 19 (R2)	IFRS 11	Divulgação de Participações em Outras Entidades Mensuração do Valor Justo
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures"

2.16. Normas e interpretações novas e ainda não adotadas
A CCSA não adotou antecipadamente as normas IFRSs novas e revisadas a seguir:

IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)

Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às normas IFRSs novas e revisadas apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas, emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC, de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da CCSA ainda não avaliou o efeito da aplicação de tais normas; no entanto, não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.17. Representação das demonstrações financeiras de 2012 e balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2012
Mudança de prática e impactos da revisão do pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados

A controlada indireta CPFL adotou os pronunciamentos técnicos CPC 33 (R1)/IAS 19 (R1) - Benefícios a Empregados e com isso reapresentou, para fins de comparação, os montantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Impactos na aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios
A controlada ICP concluiu a avaliação a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da CIMPOR, de acordo com o período de mensuração permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios. Por essa razão, a controlada ICP ajustou suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas preliminarmente com base em uma estimativa inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Os efeitos das reapresentações são como segue:

A Administração		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)		
	2013	2012 (Reapresentado)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo referia-se substancialmente à alienação de ações ordinárias da CPFL, pelo montante atualizado de R\$405.982, correspondente a 2% das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL para a Bonaire Participações S.A. Tal montante foi recebido em 25 de março de 2013.

7. INVESTIMENTOS

7.1. Investimentos em controladas

	Informações das Investidas								Resultado da equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Saldo do investimento		
	Participação direta		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido					Lucro (prejuízo) líquido do período	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012				2013	2012
Controladas:													
Alpar S.E.	100,00	100,00	2.469.013	1.582.343	886.669	8.427	(30.766)	8.427	(30.766)	145.529	886.669	732.713	
Atrossensal Agropecuária e Industrial S.A.	100,00	100,00	44.310	24.959	19.351	1.482	(4.144)	1.482	(4.144)	-	19.351	17.869	
Atla Holdings S.A.	53,67	53,67	1.801.788	(28.505)	1.830.294	54.830	44.562	29.428	23.917	36.390	1.072.329	1.333.677	
Camargo Corrêa Administração e Participações Ltda.	(a)	97,19	19,40	407	44	362	(665)	(317)	(245)	(61)	(6.114)	352	
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	(b)	99,96	99,96	2.706.099	2.376.170	323.883	126.106	(38.707)	126.203	(36.261)	257	323.756	
Camargo Corrêa Cimentos e Participações S.A.r.l.	(c)	100,00	100,00	2.422.298	277.397	2.144.901	(90.892)	(244.864)	(90.892)	(244.864)	(23.271)	2.556.480	
Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.	(d)	100,00	100,00	3.269.483	810.274	2.459.209	(55.359)	188.623	(55.363)	188.773	7.000	2.459.209	
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.		100,00	100,00	10.978	568	10.410	1.220	(799)	1.221	(799)	-	10.410	
CCSA Finance Ltd.		100,00	100,00	1.681.847	1.917.660	(235.813)	(31.686)	(26.999)	(31.686)	(26.999)	(37.874)	(235.813)	
Camargo Corrêa Overseas Ltd.		99,80	99,92	-	-	-	(1.389)	(593)	(1.387)	(593)	-	434	
Camargo Corrêa Naval Participações Ltda.	(d)		100,00	-	-	-	(31.083)	(242.729)	(31.086)	(242.732)	71.344	-	
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-estrutura S.A.		100,00	100,00	1.492.386	408.199	1.160.230	235.279	337.257	235.279	337.259	60.624	1.160.230	
CV Serviços e Meio Ambiente S.A.		99,83	99,83	53.047	19.120	33.928	6.865	(4.438)	6.854	(4.431)	-	33.928	
Caopar Serviços e Participações Ltda.		99,97	99,97	648	1.095	(447)	(474)	(1.642)	(474)	-	(447)	(1.087)	
Intercontinental Participações S.A.	(c)	100,00	100,00	2.621.483	15.920.705	4.350.893	490.011	(226.775)	490.011	(226.775)	(136.459)	4.350.892	
International Engineering Holding S.E.		100,00	100,00	13.692.974	823.967	839.006	50.001	(51.775)	50.001	(51.775)	151.423	839.006	
Morro Vermelho Táxi Aéreo Ltda.		100,00	100,00	61.072	11.748	49.293	(13.887)	1.432	(13.888)	1.432	-	49.293	
Alpargatas S.A.		44,12	44,12	2.946.099	1.111.640	1.834.451	310.011	279.983	136.394	123.145	(3.581)	848.100	
Controlada em Conjunto:													
Camargo Corrêa Denmark Aps		3,09	3,09	27.076	40	27.036	(47.977)	(72.770)	(1.482)	(2.249)	609	835	
CCMIMENTOS Participações Ltda.		1,01	1,01	11.178	920	10.241	88	1.977	11	20	(8)	104	
LCCA Negra Cia. Argentina S.A.		0,72	0,72	1.536.875	1.267.424	269.451	39.531	96.641	281	692	(14.738)	10.378	
Vila Olímpia Participações Ltda.		(f)	23,90	-	378.061	358.513	(443)	-	(138)	-	106	85.679	
VBC Energia S.A.	(f)	43,60	14,24	752.291	(474.970)	1.227.262	195.465	312.873	52.448	59.200	1.048	537.678	
Custo e outros:													
CPFL Energia S.A.	(g)	0,09	0,09	-	-	-	-	-	-	1.418	-	14.453	
Estaleiro Atlântico Sul S.A.		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	255	
Mútuos - CCSA Finance Ltd.	(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.802)	(1.520.043)	(1.352.183)	
Antecipações recebidas de investidas		-	-	-	-	-	-	-	-	(784.317)	(744.678)	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.061	385.991	
Total										811.387	(138.294)	131.471	

(a) Em 27 de novembro de 2013, a CCSA aumentou o capital da controlada Camargo Corrêa Administração e Participações Ltda. com a subscrição de 1 cota no montante de R\$8.079, integralizada mediante capitalização de mútuo existente. Dessa forma, a CCSA passou a deter 97,19% de participação sobre a controlada.

(b) Em 5 de março de 2013, a CCSA aumentou o capital da controlada CCDI, com a subscrição de 3.640.000 ações, que foram integralizadas com saldo de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$20.020; com isso, a CCSA passou a deter 99,954% de participação sobre a investida.

Em 24 de junho de 2013, a controlada CCDI emitiu 19.247.646 novas ações ordinárias, integralizadas pela CCSA em 15 de julho de 2013, no montante de R\$103.937.

(c) As investidas concentram os investimentos na atividade de cimentos, representados pela participação integral na ICP e de 94% na CIMPOR, sendo a CIMPOR adquirida em duas operações, a primeira de 33% em 2010 e a segunda adquirindo o controle da CIMPOR em 2012. Em 19 de dezembro de 2013, a CCSA aumentou o capital na ICP no montante de R\$1.530.334 conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

(d) Em 15 de outubro de 2013, a CCSA aumentou o capital da controlada Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. ("CCCP"), no montante de R\$183.322, mediante a transferência da totalidade de sua participação na controlada Camargo Corrêa Naval Participações Ltda., com base em laudo de avaliação datado de 30 de setembro de 2013.

(e) Em 30 de abril de 2013, a CCSA aumentou o capital da controlada VBC Energia S.A. ("VBC") com a subscrição de 765.906 ações, que foram integralizadas com o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$259.600. Dessa forma, a CCSA passou a deter 25,35% de participação sobre a controlada.

Em 28 de novembro de 2013, a controlada VBC reduziu seu capital social no montante de R\$862.120, com o cancelamento de 3.168.467 ações cedidas pela investida Atla Holdings S.A.

(f) Em 28 de março de 2013, a investida CCDI reduziu seu capital social, no montante de R\$66.752, por meio da transferência de seu investimento na Vila Olímpia Participações Ltda. para a CCSA.

Em 7 de agosto de 2013, a investida CCDI pagou dividendos à CCSA mediante a dação em pagamento de parte dos créditos decorrentes do adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$19.269, realizado pela CCDI à Vila Olímpia Participações Ltda.

Em 9 de setembro de 2013, a Vila Olímpia Participações Ltda. aumentou seu capital social, no montante de R\$142.682, com a subscrição de 123.413.220 cotas pela sócia Participações Morro Vermelho S.A., e 19.269.363 cotas pela sócia CCSA. Essa operação diluiu a participação da CCSA na investida para 23,90%.

(g) Em 22 de dezembro de 2012, a CCSA alienou 2% de sua participação na CPFL, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(h) Refere-se a mútuos passivos mantidos com a CCSA Finance Ltd. reclassificados para fins de apresentação para a rubrica "Investimentos", conforme pronunciamento técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

7.2. A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	11.693.360
Adições	1.038.511
Adiantamento aos acionistas por reestruturação societária	(1.078.089)
Baixa por alienação (a)	(318.685)
Juros sobre mútuo	(12.236)
Liquidação de mútuo	(75.104)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(955.176)
Equivalência patrimonial	(138.294)
Ajustes de avaliação patrimonial	278.425
Amortização de ativo (b)	(22.142)
Ganho registrado de aquisição por estágios - CIMPOR (c)	411.579
Outros	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	10.821.974
Adições (d)	1.669.623
Adiantamento aos acionistas por reestruturação societária	(21.130)
Baixas	(3.079)
Juros sobre mútuo	(24.289)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(528.386)
Equivalência patrimonial	811.388
Ajustes de avaliação patrimonial	131.471
Amortização de ativo (b)	(21.082)
Outros	(4.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.831.772

(a) Refere-se à alienação de participação acionária na controlada em conjunto CPFL, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(b) Amortização do ativo de vida útil definida, decorrente do direito de concessão da controlada ESC Energia S.A.

(c) Refere-se ao ganho reconhecido sobre a participação anterior que a CCSA possuía na CIMPOR (a valor justo na data da aquisição), no montante de R\$336.473, mais a realização do ajuste de avaliação patrimonial na CIMPOR, no montante de R\$75.106.

(d) Refere-se substancialmente ao aumento de capital na controlada ICP, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo refere-se substancialmente à adesão ao programa brasileiro de parcelamento ("REFIS"), nos anos 2009 (R\$51.777) e 2013 (R\$35.027). Conforme previsto na legislação que regula o referido programa de parcelamento, houve a redução de multas e juros (percentuais de multa variam conforme o prazo para pagamento).

No REFIS de 2009 foram incluídos os processos relativos ao não recolhimento, com base na legislação vigente, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas de juros sobre o capital próprio, entre outros, amparada por liminar concedida em 2002. Já o REFIS de 2013, refere-se aos processos relativos ao não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das subsidiárias estrangeiras da CCSA, durante os anos 2002 a 2012, cujo efeito no resultado foi um ganho de R\$24.357.

9. OBRIGAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLADAS

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada InterCement Participações S.A. ("ICP") emitiu 2.359.001 ações preferenciais, sem valor nominal, representando 9,42% do capital social da ICP. Tais ações preferenciais foram emitidas ao preço de R\$657,05 por ação, o que corresponde ao montante de R\$1.530.334, líquido dos custos de emissão. As ações preferenciais conferem, a seus detentores, dividendos mínimos que correspondem à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os detentores das ações preferenciais têm o direito, nos moldes e critérios definidos no Contrato de Opção de Compra e Venda de Ações, de vender as referidas ações à CCSA por um preço de exercício que corresponde ao total do montante originalmente aportado, acrescido de remuneração acima mencionada, deduzido dos valores pagos a título de dividendo. A opção de venda pode ser exercida em Dezembro de 2023.

10. DEBÊNTURES

Emissão	Vencimento	2013	2012
2ª emissão - 2ª série	01/12/2009	251.978	469.368
4ª emissão - série única	26/10/2010	238.023	253.407
6ª emissão - série única	07/07/2011	614.581	610.399
7ª emissão - série única	05/11/2012	609.146	606.984
		1.713.728	1.940.158
Custos de transação a amortizar		(4.888)	(6.354)
Total das debêntures		1.708.840	1.933.804
Passivo circulante		262.445	255.358
Passivo não circulante		1.446.395	1.678.446

Sobre as 2ª, 4ª, e 6ª emissões incidem encargos que variam de 113,5% a 116,9% do CDI e sobre a 7ª emissão, variação do CDI acrescida de 0,9%.

Condições restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas à restrição de informações contábeis e cessão de obrigações assumidas na contratação dessas debêntures, as quais estão sendo cumpridas.

Vencimentos dos valores não correntes não deduzidos dos custos das transações:

2015	600.000
2016	25.000
2017	145.000
2018	230.000
2019	375.000
Após 2020	75.000
Total	1.450.000

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Enfase

Representação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa 2.17, em decorrência da mudança de prática contábil, os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de variação cambial, tributados pelo regime de caixa, e sobre as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários.

Em 31 de dezembro de 2013, a CCSA possui saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$273.349.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos são compostos como segue:

	2012
No ativo:	
Variação cambial diferida	20.502
Amortização de ativo	16.327
No passivo - natureza ativa	36.829
No ativo:	
Lucros no exterior	68.000
Variação cambial diferida	-
Total - natureza passiva	68.000
Total líquido líquido do passivo (ativo) não circulante	31.171

No ano 2013, os impostos diferidos sobre variação cambial foram baixados em virtude da incerteza de sua recuperação, os mesmos referidos à amortização de ativo foram realizados no ano e a provisão passiva sobre lucros no exterior foi objeto de adesão ao REFIS, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que, entre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRSs); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A CCSA analisou os impactos efetivos da Medida Provisória e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos potenciais. À luz da atual redação da referida Medida Provisória, em análise inicial os impactos não são relevantes.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Registra-se contratos envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e financeiras. Podem ser utilizados instrumentos financeiros para derivação de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como nas operações com derivativos.

17.1. Gestão do capital

A estrutura de capital da CCSA é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhadas na nota explicativa nº 9 e obrigação para aquisição de ações de controlada, nota explicativa nº 10, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 13).

A CCSA está sujeita a restrições na redução de capital, pois as debêntures exigem limites quanto à forma e aos montantes a serem distribuídos, no caso de descumprimento das obrigações mencionadas na nota explicativa nº 10.

17.2. Risco de mercado

Algumas das atividades da CCSA podem gerar exposições principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Companhia utiliza-se de instrumentos do mercado financeiro e derivativos para administrar suas exposições aos riscos relacionados a "swaps" de taxa de câmbio para mitigar o risco de variações.

Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

a) Risco de taxa de câmbio

A CCSA possui passivos em moeda estrangeira, cujos saldos podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas denominadas em moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Moeda	2013	2012
Passivo - recursos em contas bancárias	€	1.169	977
Ativo:			
Fornecedores e contas a pagar	US\$	-	92.596
Partes relacionadas	US\$	446.802	126.835
Partes relacionadas	€	1.287	1.285
Partes relacionadas	ARS	310	344
Passivo exposto		448.399	221.060

Em 31 de dezembro de 2013, o valor justo dos derivativos é o seguinte:

	Outros passivos - Circulante
--	------------------------------